COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 402, DE 2015 (Apenso PL 2282/2015)

Acrescenta novo artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o direito de desistência em contratos de prestação de serviço com prazo de vigência irrevogável.

Autor: Deputado LUCAS VERGILIO

Relator: Deputado LAERCIO OLIVEIRA

I. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 402, de 2015, de autoria do Sr. Lucas Vergilio, cujo objetivo acrescentar novo artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o direito de desistência em contratos de prestação de serviço com prazo de vigência irrevogável.

Apensado vem o Projeto de Lei nº 2.282, de 2015, de autoria Sr. João Fernando Coutinho, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para dispor sobre direito de desistência em contrato de prestação de serviço com prazo de vigência irrevogável.

Após análise da Comissão de Defesa do Consumidor, onde receberam parecer pela aprovação, com substitutivo, vêm a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aberto prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II. VOTO

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições em análise.

A proposição principal pretende acrescentar dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor para estabelecer que nos contratos de adesão de serviços com prazo de vigência determinado, que imponham ao consumidor penalidade pela sua desistência antes do seu termo, este poderá exercer o direito de arrependimento no prazo de até 7 (sete) dias, contados do início do fornecimento do serviço, fazendo jus à devolução das quantias pagas ou adiantadas ao fornecedor.

O apensado pretende acrescentar artigo prevendo que, nos mesmos casos, pode o consumidor exercer o direito de arrependimento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do início do fornecimento do serviço, fazendo jus à devolução das quantias pagas ou adiantadas ao fornecedor, descontados o período de uso.

Ocorre que, após análise e conclusão pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das matérias, entendo que estas merecem aprovação, nos termos do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, com emenda. A intenção é aprimorar as propostas para evitar a promoção de insegurança jurídica, tendo em vista excepcionalidades contratuais onde não se aplicam penalidades por rescisão antecipada.

Logo, alteramos a redação do parágrafo primeiro do art. 49-A proposto pelo Substitutivo em comendo, prevendo que o disposto não se aplica também aos contratos de natureza securitária, previdência complementar aberta, capitalização e planos de saúde.

Assim, diante do exposto, meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei n.º 405 e 2.228, ambos de 2015, nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor, com emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 2 de maio de 2017.

Deputado **LAERCIO OLIVEIRA**
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 402, DE 2015
(Apenso PL 2282/2015)

Acrescenta novo artigo 49-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para dispor sobre o direito de arrependimento do consumidor em contratos de prestação continuada de serviços com prazo de vigência determinado.

EMENDA MODIFICATIVA

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 402, de 2015, aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º .....

Art. 49-A .....

*§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos contratos de consórcio, disciplinados pela Lei nº 11.795/2008, bem como aos produtos e serviços financeiros, aos contratos de natureza securitária, previdência complementar aberta, capitalização e planos de saúde.
.....” (NR).*

Sala das Comissões, em 2 de maio de 2017.

Deputado **LAERCIO OLIVEIRA**
Relator